



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

LEI MUNICIPAL Nº 4.655, DE 07 DE JANEIRO DE 2020.

Institui Contribuição de Melhoria e dá outras providências.

Armando Mayerhofer, Prefeito municipal, em exercício, em Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituída a Contribuição de Melhoria, na forma da Lei Municipal nº 1.333/91, art 130, alterado pela Lei Municipal nº 3.886, de 10.12.2014, decorrente da realização de obras públicas, tendo em vista a execução de pavimentação nas Ruas abaixo relacionadas, nesta cidade de Sobradinho/RS:

RESUMO DO EMPREENDIMENTO				
Nº.	IDENTIFICAÇÃO		ÁREA TOTAL	VALORES
	LOGRADOURO	BAIRRO	(M²)	ORÇADOS
1	RUA ALFREDO WILKE	BAIXADA	4.423,90	R\$ 344.031,79
2	RUA ARNEGILDO RUOSO	BAIXADA	773,00	R\$ 58.582,02
3	RUA OTMAR JOST	BAIXADA	3.417,30	R\$ 249.689,63
4	RUA RICARDO POHLMANN	BAIXADA	1.803,30	R\$ 151.098,03
5	RUA BORGES DE MEDEIROS	COPETTI	1.191,50	R\$ 113.108,00
6	RUA OTAVIANO NUNES	COPETTI	2.852,40	R\$ 202.664,56
7	RUA RAUL ACOSTA	COPETTI	2.842,10	R\$ 207.159,61
8	RUA WALDEMAR STECKER	COPETTI	3.085,10	R\$ 256.599,66
9	RUA ANTÔNIO BATISTA DA SILVA FILHO	MAIERON	1.195,30	R\$ 107.838,40
10	RUA AURÉLIO DE S. BANDEIRA	MAIERON	1.725,80	R\$ 130.276,80
11	RUA EUGÊNIO REDIN	MAIERON	683,85	R\$ 54.830,59
12	RUA NATALÍCIO Y CASTRO	MAIERON	525,20	R\$ 42.470,03
13	RUA JOÃO DE FRANCESCHI	POUSADA DO SOL	1.494,85	R\$ 129.195,42
14	RUA ARLINDO EMMEL	RIO BRANCO	3.421,00	R\$ 277.719,23
15	RUA ARNOLDO Y CASTRO	RIO BRANCO	2.325,25	R\$ 179.246,55



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

16	RUA EDUARDO DE OLIVEIRA VINHAS	RIO BRANCO	1.887,45	R\$ 165.326,49
17	RUA MODESTO MARIANI	RIO BRANCO	2.315,70	R\$ 165.077,59
18	RUA PAULO SERENA	RIO BRANCO	2.518,05	R\$ 209.823,30
19	RUA PEDRO GOUVÊA	RIO BRANCO	1.810,00	R\$ 134.829,65
20	RUA EGÍLIO LAZZARI	VERA CRUZ	5.345,55	R\$ 412.158,32
21	RUA HONÓRIO LUIZ GUERREIRO	VERA CRUZ	1.394,80	R\$ 168.547,59
TOTAIS			47.031,40	R\$ 3.760.273,26

**Art. 2º** O Poder Executivo publicará edital regulamentando esta lei, na forma do artigo 82 da Lei 5.172/66 e suas alterações, em consonância com os artigos 136 à 139 da Lei Municipal nº 1.333/91 e suas alterações, com os seguintes elementos:

- I - memorial descritivo do projeto;
- II - orçamento do custo total da obra;
- III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
- IV - delimitação da zona beneficiada;
- V - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;
- VI - relação de todos os imóveis atingidos pela contribuição de melhoria;
- VII - prazo e condições de pagamento;
- VIII - fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação;
- IX - percentual de participação do Município;
- X - Valor Venal de cada imóvel beneficiado pela contribuição avaliado por comissão especialmente formada para esta finalidade.

**§1º** O edital será publicado juntamente com a presente lei, antes do início das obras para conhecimento do contribuinte.

**§2º** As impugnações deverão ser dirigidas à Administração em petição fundamentada, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

**§3º** Uma vez julgada a petição nas instâncias administrativas cabíveis só poderá o interessado recorrer na esfera judicial.

**§4º** No prazo da impugnação o contribuinte poderá reclamar sobre:

- I - erro na localização e metragem do imóvel;
- II - divergência sobre os materiais citados no memorial descritivo e os aplicados na obra;
- III - valor venal do imóvel pertencente a zona de influência;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

IV - Divergência sobre o fator de absorção decorrente da obra pública;

§5º A Comissão que trata o inciso X do presente artigo, será formada por 3 (três) servidores, ligados a área fiscal e de engenharia, nomeada pelo chefe do poder executivo, a qual será responsável pela avaliação inicial e final dos imóveis beneficiados, no que tange a verificação valorização imobiliária.

Art. 3º A contribuição de melhoria tem como fato gerador a valorização direta dos imóveis privados decorrentes de obras públicas executadas pelo Município, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

**Parágrafo único.** A contribuição de melhoria relativa a cada imóvel será determinado pela valorização imobiliária decorrente da execução da obra, tendo como limite o custo da obra, conforme previsto no §1º do Artigo 82 do CTN.

Art. 4º Por ocasião da obra, cada contribuinte ou responsável será notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seus pagamentos e dos elementos que integraram o respectivo cálculo.

Art. 5º O Município fica autorizado a suplementar crédito adicional especial se necessário, para suportar os custos da execução desta obra pública.

Art. 6º As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria constante no orçamento.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sobradinho, aos 07 dias do mês de janeiro de 2020.

  
Armando Mayerhofer,  
Prefeito Municipal, em exercício.

Registre-se e Publique-se em 07.01.20,

  
Idefonso Barbosa,  
Sec. de Administração.